



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5894

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Resolução

Categoria: Cria e institui comissões, conselhos, blocos parlamentares e salas

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 09/12/2004

Descrição Sumária: RESOLUÇÃO Nº 32, de 21/12/2004. Institui o "Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao Uso de Drogas".

Controle Interno – Caixa: 04 **Posição:** 14 **Número de folhas:** 06

RESO LCM Nº 32/2004



21.12.2004

Especie : PR
Categoria : Cria Comissões
Ordem : 14
Cx : 04
nº fls : 04

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ____/2004

AUTOR:

VEREADORA : FÁTIMA PEREIRA MACEDO

ASSUNTO:

Institui o Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao

uso de Drogas.

MOVIMENTO

Entrada em 09/12/2.004

1 - _____

2 - Comissão de Legislação e Justiça

3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA

4 - EM 21.12.2004

5 - _____

6 - _____

7 - _____

8 - _____

9 - _____

10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO Nº 32, de 21 de dezembro de 2.004.

*Institui o Bloco Parlamentar de Educação e
Prevenção ao uso de drogas.*

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Montes Claros, o Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de Drogas.

Art. 2º - Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de Drogas será constituído por 03 (três) vereadores indicados pela Mesa Diretora da Casa.

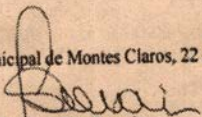
Parágrafo Único - As indicações ocorrerão com a aquiescência prévia dos referidos parlamentares, podendo os mesmos, a pedido, serem substituídos a qualquer tempo, obedecendo ao disposto do artigo 2º.


Art. 3º - A atuação do Bloco Parlamentar, iniciar-se-á a partir de 01.01.2005.

Parágrafo Único - O Bloco de Educação e Prevenção ao uso de Drogas contará com todos os recursos técnicos e administrativos disponíveis nas sessões normais.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 22 de dezembro de 2004.


José Maria Saralva - Zé Faquir
Presidente da Câmara


Raimundo Pereira da Silva
1º Secretário

JORNAL NOTÍCIAS 23.12.04



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO Nº 32, de 21 de dezembro de 2.004.

Institui o Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de drogas.

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Montes Claros, o Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de Drogas.

Art. 2º - Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de Drogas será constituído por 03 (três) vereadores indicados pela Mesa Diretora da Casa.

Parágrafo Único - As indicações ocorrerão com a aquiescência prévia dos referidos parlamentares, podendo os mesmos, a pedido, serem substituídos a qualquer tempo, obedecendo ao disposto do artigo 2º.

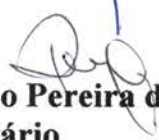
Art. 3º - A atuação do Bloco Parlamentar, iniciar-se-á a partir de 01.01.2005.

Parágrafo Único - O Bloco de Educação e Prevenção ao uso de Drogas contará com todos os recursos técnicos e administrativos disponíveis nas sessões normais.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 22 de dezembro de 2004.


José Maria Saraiva - Zé Faquir
Presidente da Câmara


Raimundo Pereira da Silva
1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº / 2004

"Institui o Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de Drogas."

A Câmara Municipal de Montes Claros - MG aprova e por seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art.1º- Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Montes Claros, o Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de Drogas;

Art. 2º - O Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de Drogas será constituído por 03 (três) vereadores indicados pela Mesa Diretora da Casa;

Parágrafo Único – As indicações ocorrerão com a aquiescência prévia dos referidos parlamentares, podendo os mesmos, a pedido, serem substituídos a qualquer tempo, obedecendo ao disposto do artigo 2.º ;

Art.4º - A atuação do Bloco Parlamentar, iniciar-se-á a partir de 01.01.2005;

§ 1º- O Bloco de Educação e Prevenção ao uso de Drogas contará com todos os recursos técnicos e administrativos disponíveis nas sessões normais.

Art.5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 07 de dezembro de 2004.

PROFESSORA FÁTIMA PEREIRA MACEDO
Vereadora



Justificativa :

A exemplo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a Câmara também se engajará numa grande mobilização, envolvendo entidades de classe, imprensa, instituições públicas e privadas e também a sociedade civil.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
EM 13 DE DEZEMBRO DE 2004
PRESIDENTE

E LEGAL E CONSTITUCIONAL

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGENCIA
EM 21 DE DEZEMBRO DE 2004
PRESIDENTE



PROFESSORA PATRÍCIA PEREIRA MACHADO

2004



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____/2004 QUE “Institui o Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de Drogas.”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.

Projeto de Resolução enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A proposição em exame tem por objetivo instituir no âmbito da Câmara Municipal de Montes Claros o Bloco Parlamentar de Educação e Prevenção ao uso de Drogas. A atuação do Bloco Parlamentar iniciar-se-á a partir de 01.01.2005, e, contará com todos os recursos técnicos e administrativos disponíveis nas sessões normais.

O decreto legislativo e a **resolução**, promulgados pelo Presidente da Câmara, destinam-se a regular matérias da competência exclusiva do legislativo e as de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, excluído do âmbito da lei.

Ex positis, o Projeto de Resolução não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Constitucional e tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, Legal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 13 de dezembro de 2004.


Gabriela Regina Abreu
Assessora Jurídica
OAB/MG 81.617